18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

TERRITÓRIOS EM DISPUTA E INFRAESTRUTURAS DE COEXISTÊNCIA

O bairro da Gamboa no contexto das transformações da região portuária do Rio de Janeiro/RJ

ST2 – Paisagens e territórios

DISPUTED TERRITORIES AND INFRAESTRUCTURES FOR COEXISTENCE

Gamboa in the context of transformations in Rio de Janeiro's Port Area

XAVIER, Esther Ribeiro Costa
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Br | esther.costa@fau.ufrj.br | ORCID: 0000-0002-7252-9363

PEREIRA, Mariana Coviello Rei Rebelo
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Br | mariana.coviello@fau.ufrj.br | ORCID: 0000-0002-5526-8237

TÂNGARI, Vera Regina
Professora Associada | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Br | vtangari@fau.ufrj.br | ORCID: 0000-0003-4608-7909

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen
Professora Associada | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Br | gisellearteiro@fau.ufrj.br | ORCID: 0000-0001-6707-466X

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre o papel dos projetos urbanos e paisagísticos frente aos desafios contemporâneos, especialmente em territórios em disputa, como é o caso da Região Portuária do Rio de Janeiro. Os estudos desenvolvidos foram realizados durante a disciplina *Global Urban Studio Intensive International Workshop,* do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, em 2025. A metodologia consiste em uma abordagem multiescalar e multimétodos, a partir de dois módulos: *insights, voltado à* leitura da paisagem, e *cenários,* dedicado à proposição de projetos e estratégias de infraestruturas de inclusão, com foco na coexistência e consciência ambiental. Para a atividade, foi escolhido como recorte o bairro da Gamboa, tanto pelas potencialidades morfológicas quanto pelas profundas marcas históricas e sociais. Como resultado, o trabalho aponta a importância de considerar as dimensões físico-espaciais e subjetivas de modo integrado durante a ação projetual, por meio de estratégias aplicadas ao contexto.

Palavras-chave: Territórios em disputa; *Global Urban Studio*; Gamboa; Ações projetuais.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the role of urban and landscape design in addressing contemporary challenges, particularly in disputed territories such as the Port Area of Rio de Janeiro. The studies were developed within the Global Urban Studio Intensive International Workshop, part of the Graduate Program in Architecture at UFRJ, in 2025. The methodology is based on a multi-scalar and multi-method approach, structured into two modules: analytical readings of the landscape and scenario-building, focused on the development of design proposals and strategies for inclusive infrastructures, with an emphasis on coexistence and environmental awareness. The selected case study is the Gamboa urban area, chosen for both its morphological potential and its significant historical and social layers. The results highlight the importance of integrating physical-spatial and subjective dimensions in the design process through context-sensitive strategies.

Keywords: *Disputed territories; Global Urban Studio; Gamboa; Design strategies.*

1 INTRODUÇÃO

Pensar a arquitetura como plataforma de transformação social significa compreender o ambiente construído como instrumento capaz de contribuir com modos mais inclusivos e sensíveis de habitar os territórios, fundamentados na justiça socioespacial e ambiental e no direito à cidade. No entanto, o que se vê, atualmente, é um processo global de mercantilização das cidades, que determina a produção do espaço de acordo com os interesses do capital. A tendência desse panorama reflete diretamente nas formas de uso e ocupação, e por consequência, promove latentes desigualdades socioespaciais.

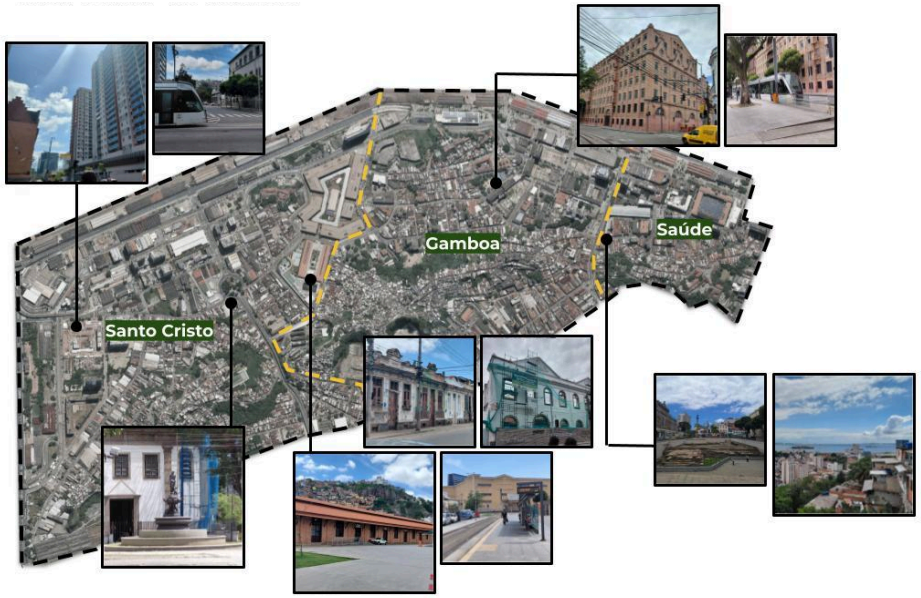
Sob essa perspectiva e diante das múltiplas crises que atingem o antropoceno, torna-se fundamental discutir sobre os impactos da produção e transformação da paisagem na qualidade de vida das cidades, a partir de uma leitura crítica que envolva pensar as disputas e controvérsias inerentes aos processos de produção do espaço. Para Mostaro (2024), as disputas não necessariamente são algo dicotômico, como certo e errado, mas processos que se coexistem na cidade. Exige, portanto, não apenas a compreensão do suporte físico das intervenções urbanas, mas também a construção histórica e social dos espaços, o atravessamento das relações de poder e como as práticas cotidianas se dão em meio a este contexto, de modo a orientar estratégias e projetos alinhados às realidades locais.

O presente artigo parte da experiência desenvolvida no workshop *Global Urban Studio Intensive International Workshop* (em português, Oficina Internacional de Design Urbano Intensivo), com o objetivo de formular projetos e estratégias para a transformação urbano-arquitetônica crítica. Realizada como uma disciplina eletiva do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ-UFRJ, foi ministrada e coordenada pelos professores Vera Regina Tângari (PROARQ-UFRJ) e Hendrik Tieben (Chinese University of Hong Kong – CUHK), com a colaboração dos professores convidados Petar Vrcibradic (PROARQ-UFRJ), Rogério Cardeman (Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PGPP-UFRJ), Andrea Queiroz Rego (PROARQ-UFRJ) e Giselle Azevedo (PROARQ-UFRJ), a partir da metodologia idealizada pelo professor Miodrag Mitrasinovic (The New School / Parsons School of Design de Nova Iorque). A metodologia da disciplina articula diferentes estratégias e escalas de leitura e interpretação do território, desde o levantamento de dados quantitativos até a observação de campo e a incorporação de narrativas sobre o lugar, finalizando com a proposição de infraestruturas de inclusão associadas a espaços públicos.

A região portuária do Rio de Janeiro (Figura 1) foi definida como estudo de caso, pois tem sido, nas últimas décadas, cenário de um intenso processo de transformações urbanas, especialmente a partir do Projeto Porto Maravilha[1]. Essas transformações, em sua grande maioria, estão orientadas pela lógica da especulação imobiliária e pressupõem a reconfiguração da imagem urbana, desconsiderando as pré-existências tangíveis e intangíveis do lugar. Isso corrobora com tensões entre movimentos de renovação, atrelados a atividades econômicas e turísticas, e movimentos de permanência, que por sua vez, atuam como formas de resistência às dinâmicas de apagamento e fragmentação socioespacial.

[1] O Projeto Porto Maravilha foi instituído no município do Rio de Janeiro pela Lei Complementar nº 101/2009, envolvendo um conjunto de intervenções de requalificação da infraestrutura urbana da Região Portuária.

Figura 1: Região Portuária, Rio de Janeiro.



Fonte: Autores, 2025.

Ao integrar ensino, pesquisa e prática projetual, o artigo busca contribuir para o debate sobre o papel do projeto urbano e paisagístico frente aos desafios contemporâneos, a partir de uma análise territorial integrada e desenvolvimento de uma proposta projetual orientada pelos princípios de coexistência e consciência ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Região Portuária do Rio de Janeiro é composta pelos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, além de parte do centro da cidade e dos bairros Cidade Nova, São Cristóvão e Caju. Desde 2009, essa área vem passando por significativas transformações urbanas, advindas do projeto Porto Maravilha, e marcadas por uma série de controvérsias. A requalificação proposta resultou em reconfigurações viárias e de usos focados na promoção do turismo local. No entanto, as transformações em curso não apenas alteram a materialidade do espaço, mas também incidem sobre as relações sociais, econômicas e simbólicas que constituem o território.

Segundo Turner (1996), a cidade se constitui como um palimpsesto histórico, no qual camadas sucessivas de intervenção e uso se sobrepõem sem apagar completamente os vestígios anteriores. Dessa forma, a paisagem urbana é marcada pela coexistência entre permanências e transformações materiais, simbólicas e históricas. Ao propor o conceito de território usado, Milton Santos (1994) defende uma visão integrada dos usos e práticas sociais que nele se estabelecem. O território usado é permeado por relações de poder e conflitos, portanto, não pode ser interpretado como um dado neutro, mas como um campo de forças no qual interesses econômicos, políticos, sociais e culturais estão em constante disputa.

A caracterização da Região Portuária do Rio de Janeiro como um território em disputa decorre da coexistência de diferentes projetos e interesses que incidem sobre o espaço urbano e que

perpetuam desigualdades sociais históricas. As disputas referem-se, principalmente, às dinâmicas de ocupação e permanência, não apenas físicas, mas também simbólicas, de resistência ao apagamento de memórias do lugar. Nesse contexto, as intervenções urbanas podem, simultaneamente, produzir ganhos e aprofundar desigualdades. Os recentes processos de reestruturação e valorização da área têm promovido mudanças significativas na paisagem e nos usos e ocupações do território, suscitando o debate sobre quem é o público-alvo dessas transformações. De um lado destacam-se os interesses do mercado imobiliário, que busca reconfigurar a imagem urbana e a valorização econômica da região. Do outro lado evidenciam-se as formas de ocupação e resistência de grupos historicamente vinculados ao lugar, sobretudo os mais vulnerabilizados.

Ou seja, não se trata somente de reconhecer quem se beneficia deste processo, mas quem consegue permanecer, acessar e se reconhecer no território transformado, dimensões fundamentais do direito à cidade. Na perspectiva de Henri Lefebvre (2001), a disputa pelo direito à cidade diz respeito às reivindicações de diferentes grupos não apenas ao acesso ao espaço urbano, mas também à possibilidade de participar de sua produção e transformação. Esse compromisso ético e político, passa por uma reflexão crítica sobre a cidade como bem comum, em oposição a ideia de cidade como mercadoria. Isso inclui retomar a apropriação dos espaços públicos como condição de uso coletivo, encontro e convivência, promovendo sua vitalidade.

A vitalidade urbana se constrói a partir de ambientes mais dinâmicos e seguros para todas as pessoas, em diferentes dias e horários. A diversidade de usos e a proximidade entre equipamentos essenciais são fatores que contribuem para a presença contínua de pessoas nos espaços públicos. Isso se alinha à proposta da cidade dos 15 minutos (Moreno, 2024), que reconhece a proximidade como um princípio estruturador do espaço urbano. Para Carlos Moreno, a organização da cidade deve permitir fácil acesso às múltiplas dimensões essenciais dos modos de vida da população, como o trabalho, serviços, educação e lazer. Essas distâncias devem ser percorríveis a pé ou por outros modos ativos de deslocamento integrados à vida cotidiana.

Nesse sentido, a coexistência não se trata somente da presença simultânea de diferentes elementos e agentes em um espaço físico, mas envolve a construção de relações equilibradas e sensíveis na composição da paisagem urbana. Isso está diretamente relacionado ao conceito de Ecosofia, proposto por Guattari (2012), que defende que a ecologia deve ser compreendida a partir de três dimensões: ambiental, social e subjetiva. Nessa perspectiva, as relações de interdependência entre o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana superam visões fragmentadas sobre a formação dos espaços urbanos.

Ao trazer essa discussão para o campo do projeto urbano e paisagístico, a infraestrutura urbana passa a ser concebida como mediadora dessa articulação entre diferentes dimensões da vida na cidade. A compreensão do projeto urbano como mediação entre processos naturais e atividades humanas, conforme proposto por Anne Spirn (1995), amplia o entendimento da infraestrutura para além da dimensão técnica e demonstra seu papel na articulação entre dinâmicas ecológicas e práticas sociais. Ao considerar a água, a vegetação, a topografia e o clima como elementos estruturadores do espaço urbano, a infraestrutura passa a ser compreendida como uma interface socioambiental. No contexto deste trabalho, essa perspectiva se expande através do conceito de infraestruturas de inclusão (Mitrasinovic, 2023):

> As infraestruturas de inclusão são os tipos de infraestruturas construídas para catalisar e sustentar processos de transformação social, espacial e política em direção a cidades mais diversificadas e inclusivas, democráticas e justas, bem como sustentáveis. (Mitrasinovic, 2023, p.14)

Projetar infraestruturas de inclusão com foco na coexistência e na consciência ambiental em territórios de disputa significa, portanto, projetar equipamentos urbanos e comunitários que permitam a interação entre diferentes tempos, espaços e seres, mantendo uma relação de equilíbrio entre o que é perdido, o que resiste e o que se constrói (Figura 2).

Figura 2: Diagrama conceitual.



Fonte: Autores, 2025.

Essas infraestruturas compreendem, transversalmente, a história e os símbolos do passado, os usos populares e culturais do presente e uma prospecção de futuro construída a partir de recursos e vazios industriais. Operam, portanto, como dispositivos capazes de articular diferentes camadas temporais e sociais do território. É a partir dessa perspectiva que se ancoram as estratégias de produção do espaço urbano apresentadas na sequência.

3 METODOLOGIA

3.1 O Global Urban Studio Intensive International Workshop

A edição de 2025 do *Global Urban Studio Intensive International Workshop* (em português, Oficina Internacional de Design Urbano Intensivo) foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ-UFRJ, em parceria com a Chinese University of Hong Kong – CUHK. Esta metodologia vem sendo aplicada ao longo dos últimos sete anos pelos professores Miodrag Mitrasinovic, Hendrik Tieben e Vera Tângari. As edições anteriores contaram com a participação de equipes interdisciplinares e internacionais de estudantes do Rio de Janeiro, Hong Kong e Nova Iorque.

> A metodologia é projetada para facilitar especificamente o trabalho colaborativo-cooperativo entre parceiros acadêmicos e comunidades e organizações locais, a fim de alinhar o conhecimento acadêmico e popular por meio de cursos de ação projetados para transformar territórios urbanos conflitantes e em conflito em locais de coprodução de espaços urbanos justos. (Mitrasinovic, 2023, p.16)

Em 2025, o foco do Global Studio foi investigar aproximações entre duas metrópoles de grande porte: Rio de Janeiro e Hong Kong. O professor Hendrik Tieben (Chinese University of Hong Kong – CUHK) integrou o grupo presencialmente, trazendo suas experiências internacionais, e mostrando a importância da internacionalização no âmbito do Programa de Pós-Graduação. Durante três semanas, as equipes trabalharam de forma colaborativa e intensiva, em formato de ateliê, a partir dos escopos temáticos e metodológicos propostos, construindo um processo imersivo de análise territorial e projeto urbano e paisagístico.

Os estudos foram conduzidos a partir do tema central "Devir. Arquiteturas para um planeta em transição", definido pelo Congresso Mundial de Arquitetos da UIA 2026 Barcelona (UIA2026BCN), que propõe refletir sobre o papel da arquitetura e do urbanismo num mundo em transformação, considerando dimensões materiais, ecológicas, sociais, políticas e poéticas. Como forma de dar conta desses múltiplos aspectos, foram estruturados seis subtemas de projeto: para sintonização, para imageabilidade, para consciência ambiental, para coexistência, para circularidade e para inclusão.

As equipes de trabalho foram divididas entre estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo mestrandos e doutorandos do PROARQ-UFRJ. Neste artigo, serão apresentadas as investigações e propostas com foco nos Projetos para a coexistência e consciência ambiental[2], orientadas por duas perguntas norteadoras: Como a arquitetura pode abraçar a coexistência ecológica? e Que ações podem surgir de uma compreensão mais profunda das interações globais e locais?

3.2 Etapas de leitura territorial

O workshop foi dividido em dois momentos: o primeiro momento foi dedicado aos *insights* (em português, são os principais achados da pesquisa), a partir da leitura territorial do recorte investigativo escolhido, e o segundo momento foi dedicado à apresentação das propostas projetuais. Como desdobramentos dos *insights* críticos, são discutidos valores, visões e motivações. As propostas projetuais se desdobram em estratégias, viabilidade, cenários e apresentação das propostas projetuais.

O estudo do território buscou entender, a partir de léxicos e métricas, as percepções que emergiram da imersão no recorte investigativo escolhido. Os léxicos traduzem manifestações físicas do território, através da apresentação de imagens-chave, e as métricas são estratégias de visualização de dados estatísticos que traduzem manifestações não físicas (Mitrasinovic, 2023).

3.3 A incorporação de narrativas cotidianas como instrumento de leitura do território

A leitura das dimensões físico-espaciais e subjetivas de modo integrado, reafirma o entendimento de que a cidade não é apenas um objeto percebido, reduzido a uma simples base de componentes formais, mas um espaço encarnado (Thibaud, 2004), e por isso, precisa

[2] A equipe de trabalho foi composta por: Esther Ribeiro Costa Xavier (doutoranda do PROARQ-UFRJ), Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira (doutoranda do PROARQ-UFRJ), José Landy Giorio do Vale (mestrando do PROARQ-UFRJ) e Isabelle Nobre Santos (bolsista de iniciação científica do PROARQ-UFRJ).

incluir a comunidade que integra esse lugar. Para o trabalho desenvolvido, foram incorporados dados da pesquisa Mapeamento Afetivo do Rio de Janeiro (Azevedo et al. 2024). O Mapeamento Afetivo[3], tem como objetivo incorporar as impressões e demandas das crianças e jovens nos processos e políticas de planejamento da cidade, se tornando um dispositivo potente de participação social. Assim, os estudantes, por meio de um formulário, respondem sobre as percepções em relação aos percursos entre a casa e a escola e seus desejos de melhorias para o lugar. Enquanto instrumento de leitura sensível, permite identificar não apenas usos e fluxos do território, mas também sensações, afetos e desafetos das crianças associados aos diferentes espaços da cidade. Na pesquisa, foram utilizados os relatos dos estudantes da Escola Municipal Darcy Vargas, localizada na Gamboa, com o intuito de compreender o contexto da região, ao se aproximar das perspectivas desses sujeitos.

4 A GAMBOA COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA

O bairro da Gamboa, localizado na Região portuária do Rio de Janeiro, concentra uma área total de 111,29 hectares e possui 11.416 habitantes (Rio de Janeiro, 2022). Carrega em sua evolução histórica diversas transformações, cuja configuração espacial reflete o processo de sobreposição de tempos e camadas. O início do seu desenvolvimento, durante o século XVIII, ocorreu pela proximidade com o mar, onde se tornou um polo da cidade pelas atividades portuárias. O Porto do Rio de Janeiro foi um dos principais pontos de entrada de pessoas negras escravizadas, trazidas do continente africano para as Américas. Estima-se que o Cais do Valongo, reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2017, tenha recebido cerca de um milhão de pessoas escravizadas para serem comercializadas entre os anos 1811 e 1842 (Florentino, 1997).

A apropriação desse território pela população negra e afrodescendente ao longo do tempo, em especial no período após a abolição da escravidão, tornou a região conhecida como Pequena África em um reduto histórico marcado por práticas de resistência, manifestações religiosas e culturais vinculadas às heranças africanas. Em 2011, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro reconheceu a importância desse núcleo de preservação e ressignificação da história e da cultura negra no nosso país e instituiu o Circuito Cultural de Herança Africana (Decreto Municipal nº 34.803/2011), com o objetivo de resgatar e valorizar sítios de memória da cultura afro-brasileira, como o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos.

No entanto, esse processo de valorização da memória negra ocorre em paralelo à implementação do Projeto Porto Maravilha, que promoveu uma grande reestruturação da Região Portuária. Inserido em uma lógica de valorização imobiliária para atração de novos investimentos, o projeto introduz novas dinâmicas que tensionam as formas tradicionais de uso e apropriação do território (Guimarães, 2014).

Durante a visita de campo (Figura 3), foi possível perceber contrastes marcantes nas infraestruturas e ambiências que compõem o território da Gamboa. O bairro apresenta tecido

[3] A atividade foi estruturada pelos grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE) e Sistemas de Espaços Livres (SEL-RJ), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ FAU-UFRJ), em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Entre 2019 e 2025, contemplou três edições, realizadas a cada três anos, com a perspectiva de se consolidar como uma iniciativa contínua, alinhada à construção dos planos estratégicos do município.

urbano consolidado, com predominância de usos residencial e misto e densidade média. Abriga equipamentos relevantes nas áreas de cultura, esporte, saúde e educação, destacando-se pontos do Circuito Cultural de Herança Africana, a Vila Olímpica Apolinho, a Clínica da Família Nélio de Oliveira e a Escola Municipal Darcy Vargas. Sua configuração tipo-morfológica é marcada por casarios ecléticos de até dois pavimentos e pela presença do Morro da Providência, reconhecido como a primeira favela do Brasil. No que se refere à mobilidade, o território é estruturado por vias coletoras e locais, tendo como principais modais o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o teleférico do Morro da Providência e linhas de ônibus. Trata-se ainda de uma área de grande valor histórico-cultural, logo, é um recorte particularmente sensível, por concentrar tanto potencialidades morfológicas quanto profundas marcas históricas e sociais, relacionadas à cultura negra e à herança afro-brasileira.

Figura 3: Percurso realizado durante a visita de campo.

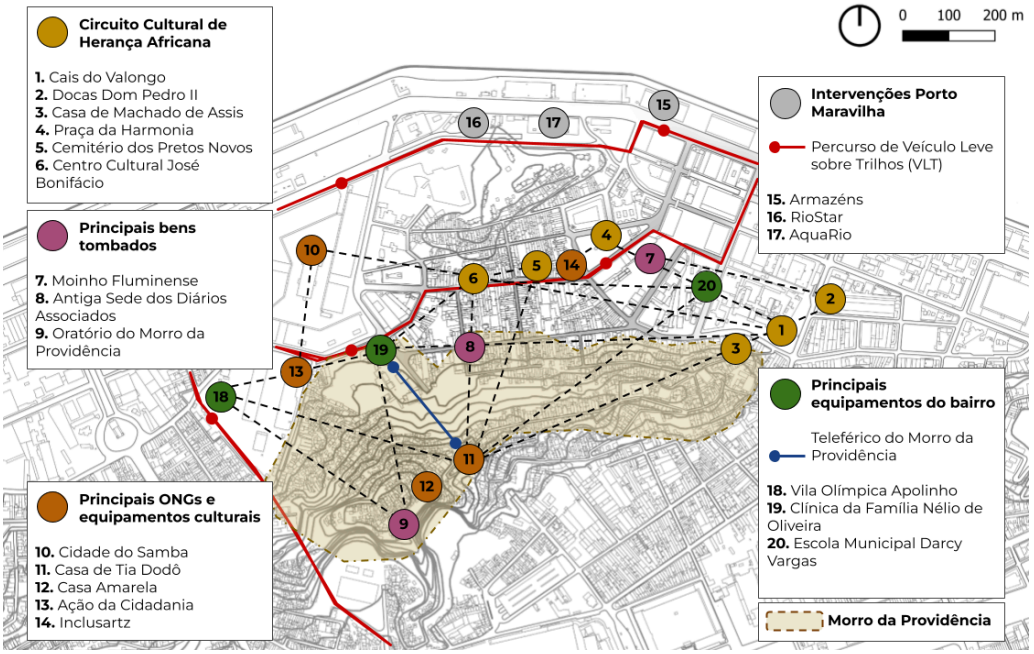


Fonte: Autores, 2025.

A deriva no território evidenciou importantes potencialidades, como o forte caráter de sociabilidade de determinados espaços públicos. Áreas como a Praça da Harmonia e seu entorno, assim como os acessos e equipamentos de apoio ao Morro da Providência, revelam fortes dinâmicas de apropriação que indicam a existência de uma vida urbana mais latente em diferentes dias e horários. Esses espaços se configuram como pontos de encontro e permanência, nos quais se observam práticas cotidianas e culturais que revelam a dimensão vivida do território. Além disso, os eixos das ruas Pedro Ernesto e Sacadura Cabral, percorridos na visita de campo, são compostos por importantes marcos arquitetônicos e paisagísticos que integram o Circuito Cultural de Herança Africana, o que aponta para a possibilidade de fortalecimento de uma rede de espaços públicos capazes de sustentar maior vitalidade urbana, ampliar a caminhabilidade e potencializar novos processos de apropriação do território.

A figura 4 apresenta o mapa síntese dessas informações:

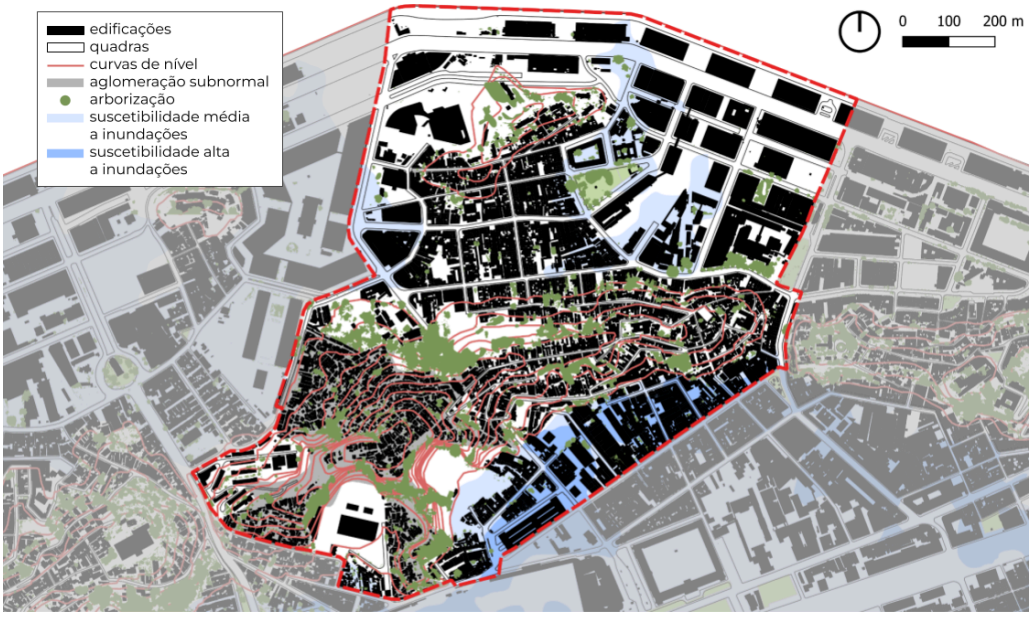
Figura 4: Mapa síntese da Gamboa.



Fonte: Autores, 2025.

Apesar dos novos fluxos promovidos pelo VLT, ainda se observam descontinuidades físicas e funcionais no território, evidenciadas pela fragmentação entre marcos culturais, a concentração de edificações ociosas e a desarticulação entre áreas formais e informais. Esses fatores, somados à falta de arborização e a suscetibilidade a inundações, comprometem a qualidade dos percursos (Figura 5).

Figura 5: Escolha do recorte investigativo

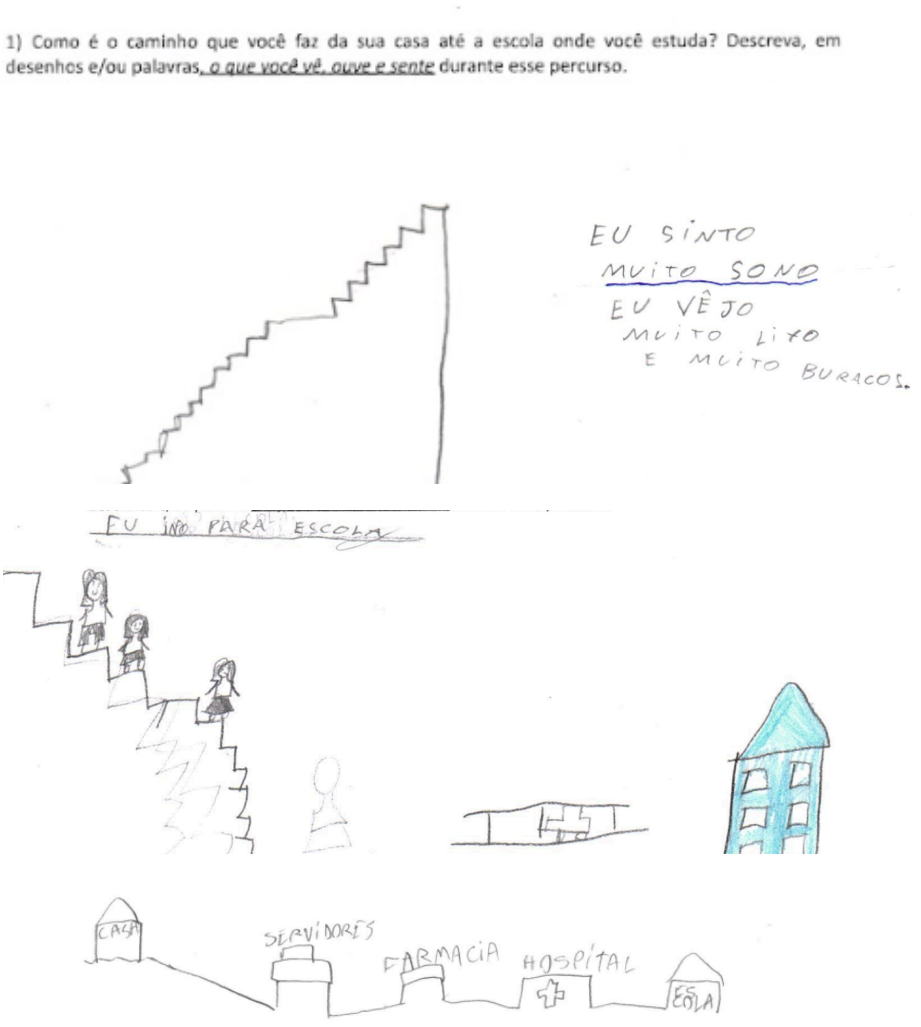


Fonte: Autores, 2025.

Em síntese, a leitura do território da Gamboa, a partir de múltiplas escalas e métodos, mostrou que o bairro é marcado por uma relativa densidade de usos e a proximidade entre equipamentos e serviços, de modo que há condições favoráveis à realização de atividades cotidianas em distâncias caminháveis. No entanto, a qualidade das infraestruturas urbanas ao longo dos percursos e a presença de muitas fachadas desativadas e edificações subutilizadas compromete a efetivação dessa proximidade.

Isso se reforçou com as respostas dos estudantes da Escola Municipal Darcy Vargas ao Mapeamento Afetivo (Figura 6), onde evidenciam tanto permanências quanto transformações na forma como o território é percebido. A maioria dos estudantes realiza o percurso a pé, o que faz com que suas percepções e desejos estejam mais próximas da escala humana. Essa perspectiva situada sobre o cotidiano permite a compreensão de uma série de desafios enfrentados nos deslocamentos diários, como a precariedade das calçadas e outras questões de acessibilidade, a ausência de arborização urbana e outros elementos de sombreamento, entre outras coisas.

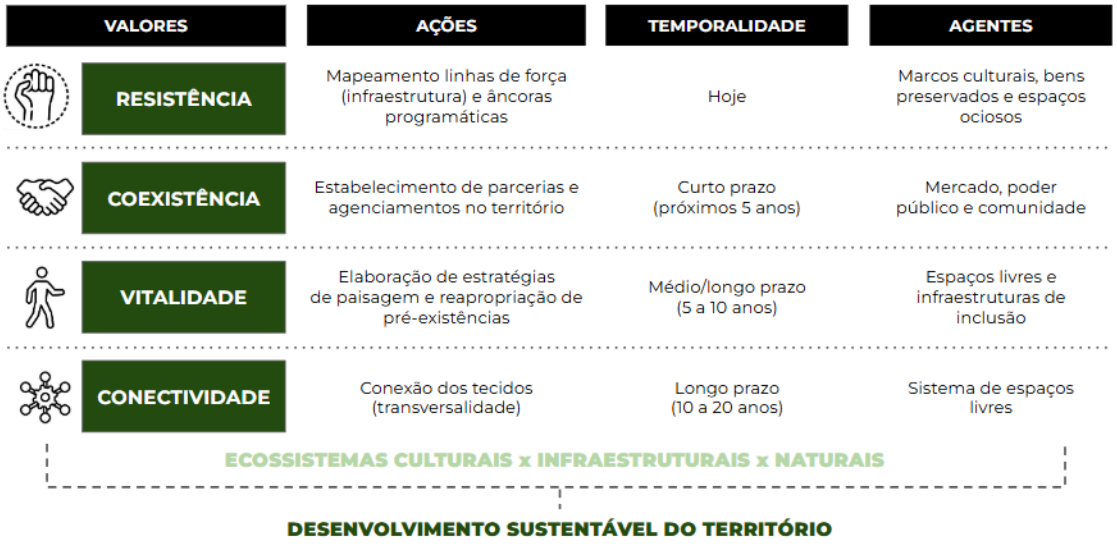
Figura 6: Percepções dos estudantes E.M. Darcy Vargas.



Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ/PROAMB, 2022 e 2025.

Assim, é possível compreender que a experiência do território é atravessada por percepções que podem condicionar os modos de circulação e apropriação da cidade, o que tem conexão direta com a vitalidade urbana e o direito à cidade. Dessa forma, a missão do projeto urbano e paisagístico desenvolvido no presente trabalho consiste em identificar áreas fragmentadas e subutilizadas e criar infraestruturas que incentivem a consciência ambiental e a coexistência entre diferentes tempos, espaços e seres. Os valores adotados no projeto – resistência, coexistência, vitalidade e conectividade – norteiam estratégias de curto, médio e longo prazo que coalizam ecossistemas culturais, infraestruturais e naturais, para alcançar o desenvolvimento sustentável do território (conforme exposto no quadro da figura 7).

Figura 7: Estratégias de projeto.



Fonte: Autores, 2025.

5 PROJETANDO INFRAESTRUTURAS PARA COEXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

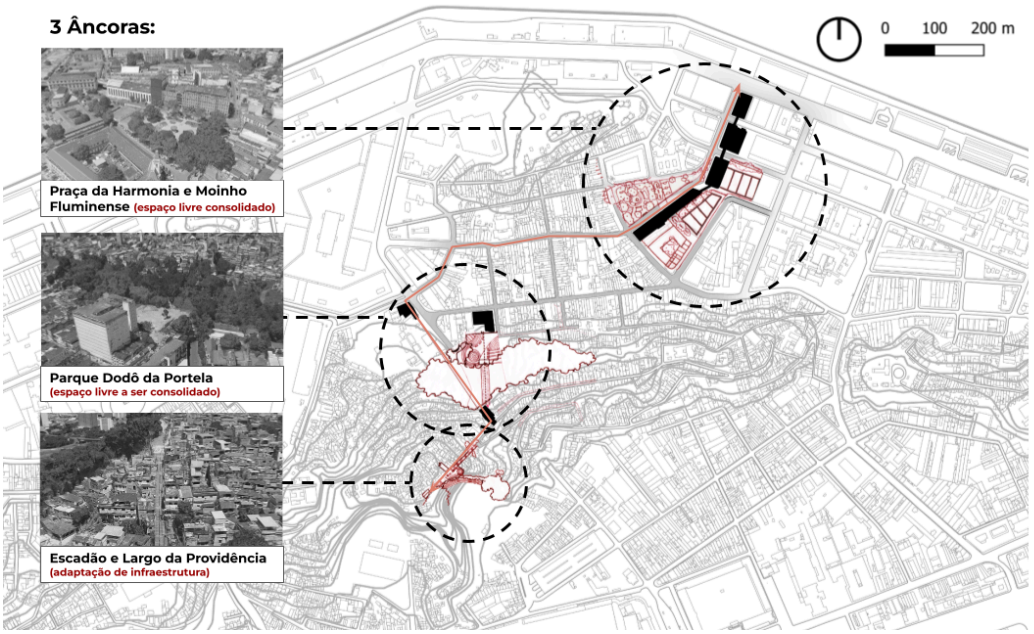
A proposta desenvolvida busca responder às problemáticas identificadas na leitura territorial da Gamboa, marcada por fragmentações socioespaciais e desigualdades de acesso. Assim, as infraestruturas projetadas têm como objetivo rearticular o território por meio da resiliência adaptativa, e contribuir para a construção de uma paisagem que permita a coexistência entre arquiteturas, tempos e agentes, com ênfase na simbiose e na cooperação.

A compreensão articulada entre fragilidades e potencialidades desencadeou alguns *insights* críticos (leituras críticas do território), que se traduzem projetualmente a partir de três eixos estruturantes: a infraestrutura viária e seus eixos de força, as âncoras programáticas em potencial (edificadas e não edificadas) e a conexão transversal dos tecidos. A infraestrutura é compreendida como elemento organizador dos fluxos e da acessibilidade urbana, enquanto as âncoras correspondem a pontos estratégicos com capacidade de concentrar usos e ativar dinâmicas locais. Já a conexão transversal dos tecidos busca superar descontinuidades físicas e simbólicas, promovendo novos meios de acesso e formas de apropriação do espaço público.

5.1 Masterplan

Diante dessas premissas e com o intuito de estruturar estratégias de intervenção em diferentes escalas, foi estruturado um *masterplan* para a área de estudo (Figura 8), que organiza as propostas a partir de um sistema de âncoras programáticas: A Praça da Harmonia e o Moinho Fluminense; Parque Urbano Dodô da Portela e Complexo Multifuncional da Gamboa; e a Escadaria e Largo da Providência.

Figura 8: Masterplan de âncoras e locais de intervenção.



Fonte: Autores, 2025.

5.2 Âncora 1: Praça da Harmonia e Moinho Fluminense

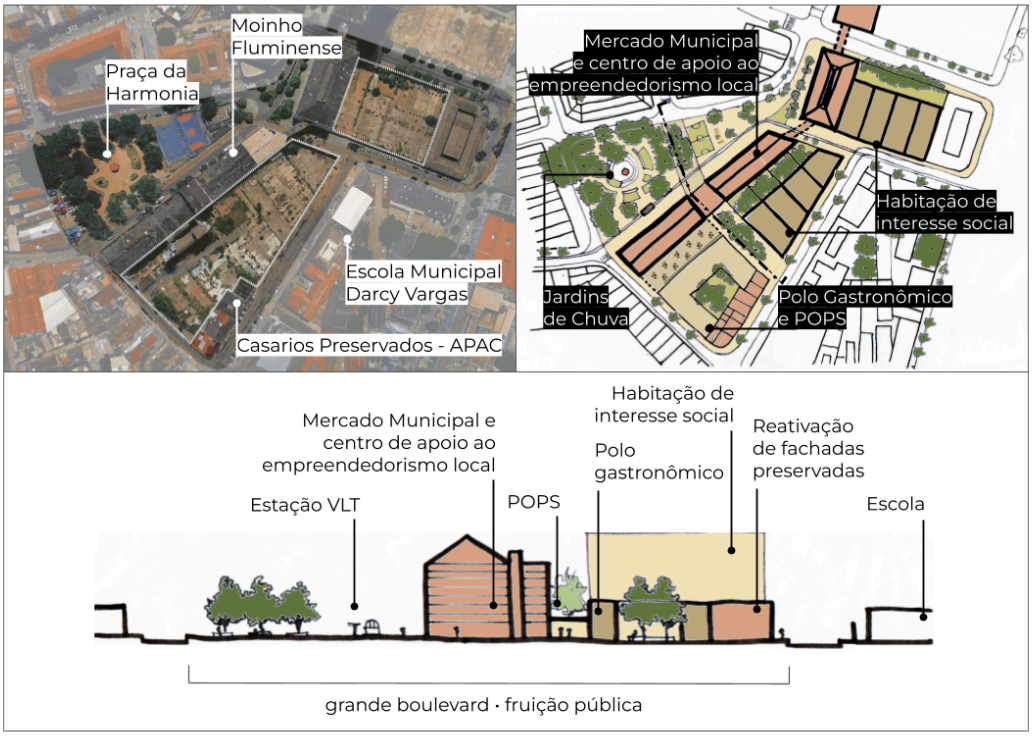
A primeira âncora programática se estrutura a partir da Praça da Harmonia e do conjunto edificado do Moinho Fluminense, configurando-se como um núcleo estratégico para promoção de vitalidade urbana no bairro da Gamboa (figura 9). Embora seja uma área já consolidada como espaço público, a proposta apresenta um potencial para ampliação de usos e fortalecimento de sua função como lugar de encontros e palco de apropriações artístico-culturais e comunitárias.

A proposta de requalificação da praça e seu entorno imediato busca melhorar as condições de caminhabilidade a partir da adoção de estratégias como a criação de uma via de prioridade pedonal, conectando a Praça da Harmonia ao Moinho Fluminense. Além disso, são previstas estratégias de conforto ambiental, como o plantio de novas árvores nas vias do entorno e a incorporação de soluções de infraestrutura verde, como superfícies permeáveis e jardins de chuva, visando mitigar problemas de drenagem da área.

O reuso adaptativo proposto para o Moinho Fluminense o converte em um equipamento de uso misto que articula atividades formativas, socioeconômicas e culturais. A implantação de um mercado público e de um centro de apoio ao empreendedorismo local contribui para a ativação do espaço e para o fortalecimento de economias de base comunitária.

A integração entre o espaço público da praça e os usos propostos para o Moinho busca trazer maior fruição pública. Nesse sentido, também são propostas medidas compensatórias conhecidas como POPS (privately owned public spaces, em português, espaços públicos de propriedade privada)[4], que aumentam o potencial construtivo dos lotes que dispuserem, proporcionalmente, uma parcela de sua metragem quadrada para uso público.

Figura 9: Intervenções na Praça da Harmonia e Moinho Fluminense.



Fonte: Autores, 2025.

5.3 Âncora 2: Parque urbano Dodô da Portela e Complexo Multifuncional da Gamboa

A segunda âncora programática se localiza em uma área caracterizada pela presença de um grande vazio urbano de aproximadamente 5.000 m² e um conjunto de edificações subutilizadas. A proposta consiste na implantação do Parque Urbano Dodô da Portela[5], associado ao reuso adaptativo da antiga sede dos Diários Associados[6], convertida em um

[4]Os POPS são uma estratégia de incentivo do poder público à criação de áreas livres de uso público, em imóveis privados, com zeladoria realizada pelo proprietário e recebimento de incentivos.

[5] Maria das Dores Alves Rodrigues, a Dodô da Portela, é uma figura de grande representatividade no Morro da Providência e um ícone do Carnaval carioca, reconhecida como primeira porta-bandeira da Portela.

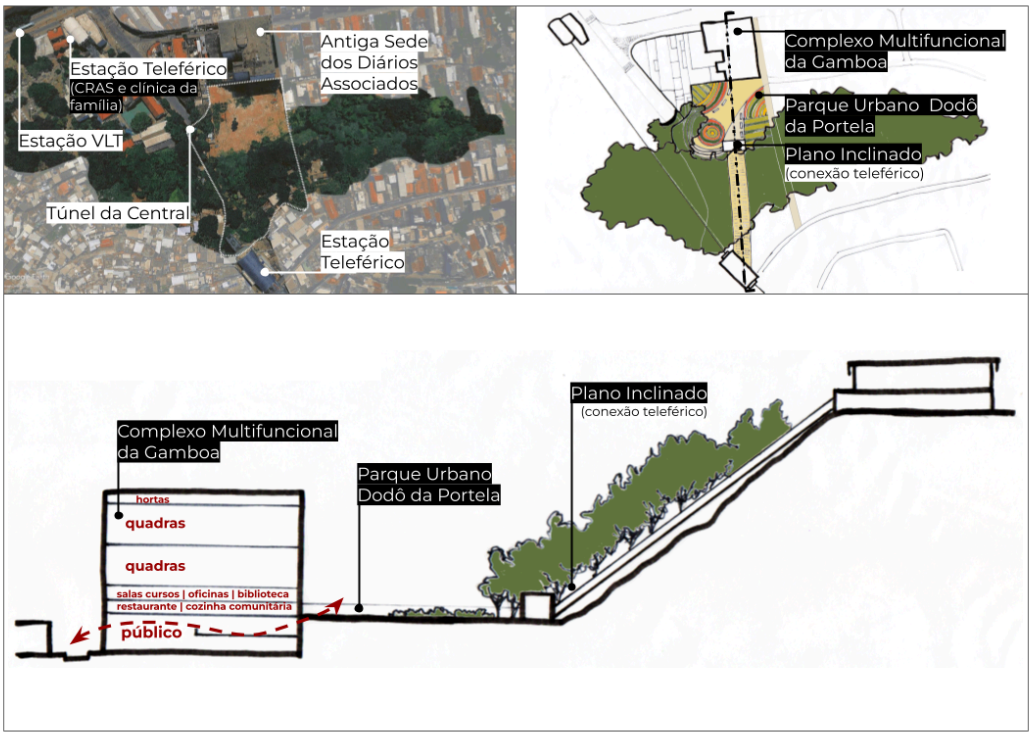
[6] O edifício, localizado na Rua do Livramento, na Gamboa, foi projetado em 1949 por Oscar Niemeyer e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1988. Atualmente, encontra-se desocupado e em avançado estado de degradação, alvo de especulação imobiliária.

complexo educativo e poliesportivo, denominado Complexo Multifuncional da Gamboa (figura 10).

Essa intervenção parte do reconhecimento do potencial estratégico da área, situada em um ponto de conexão entre o tecido urbano formal e a comunidade do Morro da Providência, além de sua proximidade com importantes eixos de mobilidade do bairro, como o VLT, a estação de teleférico e os acessos pedonais ao morro. O projeto busca, portanto, consolidar o local como um conector territorial, capaz de integrar diferentes fluxos e públicos, por meio de funções sociais, ambientais, culturais e econômicas.

O parque e o complexo são concebidos, de forma integrada, como um espaço multifuncional que incorpora áreas de lazer, práticas esportivas, convivência e práticas de educação ambiental. Inspirado em modelos de equipamentos urbanos voltados à inclusão social, como os Centros de Felicidade da Colômbia[7], atuam como um *hub* comunitário, ou seja, um polo de atração e permanência, que conecta pessoas, serviços e oportunidades dentro da comunidade. Além disso, a proposta adota estratégias de melhoria da acessibilidade, a partir da criação de novos percursos e conexões verticais que facilitam o acesso ao Morro da Providência: uma nova via de acesso ao morro, dando continuidade à ladeira da Rua João Álvares, e um plano inclinado integrado ao Parque, com chegada na Estação do Teleférico no topo do Morro, facilitando o acesso à Escadaria da Providência.

Figura 10: Intervenções Parque Urbano Dodô da Portela e Complexo Multifuncional da Gamboa.



Fonte: Autores, 2025.

[7] Os Centros da Felicidade são equipamentos urbanos que promovem atividades culturais e recreativas acessíveis a todos. Mais informações em: https://www.idrd.gov.co/construcciones/centros-felicidad-bogota

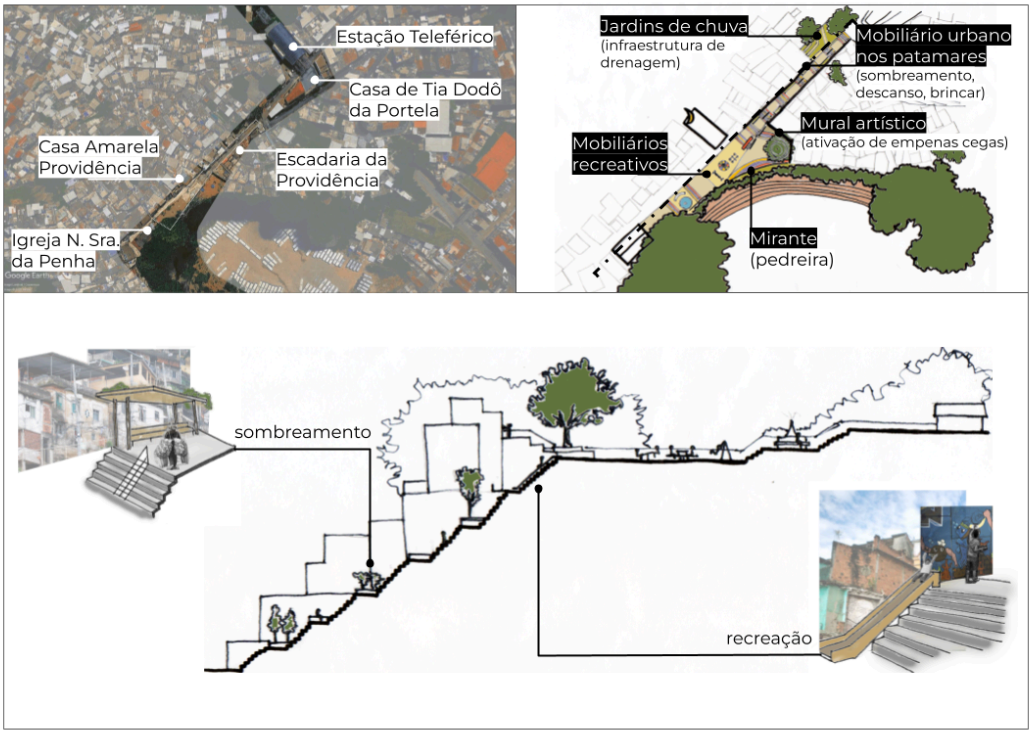
5.4 Âncora 3: Escadaria e Largo da Providência

A terceira âncora programática se concentra na requalificação da Escadaria da Providência e do largo de acesso à comunidade, dois elementos fundamentais na estrutura de circulação e conexão entre a Gamboa e o Morro da Providência. Trata-se de um percurso intensamente utilizado no cotidiano dos moradores, mas que apresenta condições precárias de infraestrutura, que limitam as condições de acessibilidade e conforto ambiental desse percurso.

A proposta de intervenção busca tornar esse percurso mais acolhedor e agradável, por meio da melhoria das condições físicas da escadaria e da criação de patamares com dispositivos de apoio que ampliem seu uso como espaço público (figura 11). Entre as estratégias adotadas, destacam-se a implantação de mobiliário urbano, elementos de sombreamento, soluções de drenagem e áreas destinadas a práticas culturais e artísticas.

Essa âncora atua, portanto, como um elemento de conexão entre escalas distintas do território, integrando o tecido urbano formal às dinâmicas da comunidade.

Figura 11: Intervenções na Escadaria e Largo da Providência.



Fonte: Autores, 2025.

5.5 Ampliação do sistema de espaços livres

Para além das intervenções pontuais estruturadas a partir das âncoras programáticas, a proposta prevê a articulação de um sistema de espaços livres na Gamboa. Essa estratégia parte do reconhecimento de que a fragmentação observada no território não se limita à

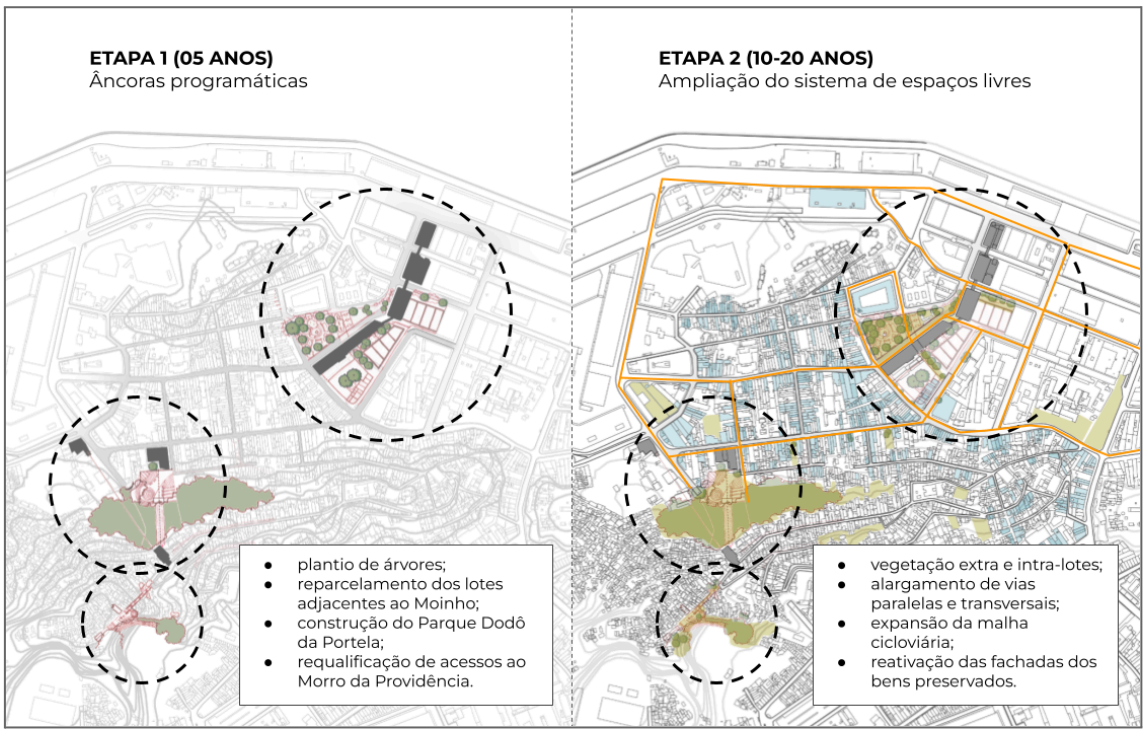
descontinuidade física entre áreas, mas se expressa também na ausência de articulação entre espaços públicos e percursos estruturantes (figura 12).

A proposta busca fortalecer a caminhabilidade por meio da qualificação e alargamento das calçadas, redesenho de vias, expansão da malha cicloviária e incorporação de outros dispositivos que favoreçam deslocamentos a pé e por modos ativos, contribuindo para a redução de barreiras de acessibilidade. Também prevê a expansão da arborização urbana, a partir do plantio de árvores e do aumento de áreas permeáveis extra e intra-lotes, com foco na qualidade ambiental e na qualidade de vida da população. Essas medidas contribuem para o sombreamento e ajudam a prevenir alagamentos e enchentes.

Outro aspecto central da proposta refere-se à valorização do tecido construído existente, com a recuperação de fachadas e requalificação de conjuntos urbanos preservados, em paralelo à ativação de espaços intra-lotes em espaços de uso coletivo, como hortas comunitárias, áreas de convivência, sistemas locais de gestão de resíduos orgânicos e outras estratégias que contribuam para a diversificação de usos. Essa abordagem busca integrar patrimônio e uso cotidianos, o que contribui para a construção de uma paisagem urbana mais coesa.

Estruturada em etapas de curto, médio e longo prazo, a ampliação do sistema de espaços livres visa garantir a caminhabilidade e a adaptabilidade das intervenções ao longo do tempo, permitindo que o território se transforme de maneira progressiva e sensível às dinâmicas locais.

Figura 12: Cenários de ampliação do sistema de espaços livres na Gamboa.



Fonte: Autores, 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho evidenciou que as transformações urbanas em curso na região Portuária não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais que habitam o território. Portanto, há necessidade de abordagens críticas que questionem para quem essas intervenções são produzidas. Neste contexto, o projeto desenvolvido procurou responder a essas questões por meio da concepção de infraestruturas entendidas como dispositivos de mediação, capazes de promover conexões e gerar maior vitalidade urbana.

É importante reconhecer que, embora o projeto proponha estratégias capazes de mitigar fragmentações e promover a coexistência entre arquiteturas, seres (humanos e não-humanos), diferentes tempos e dinâmicas de transformação, sua efetividade depende de fatores que extrapolam o campo do desenho urbano. Trata-se de um debate que envolve políticas públicas, processos de gestão e participação social contínua. Vale destacar, ainda, que as intervenções propostas podem ser apropriadas de formas distintas por diferentes grupos sociais, o que reforça a necessidade de políticas intersetoriais de acompanhamento e adaptação destas infraestruturas ao longo do tempo.

Todo esse processo de reflexão projetual contribui para o debate ao evidenciar o potencial do projeto urbano e paisagístico como ferramenta crítica, capaz propor alternativas sensíveis às especificidades de lugares em contextos de desigualdades. A experiência apresentada integra diferentes etapas de leitura do território e de elaboração de proposições contextualizadas que apontam para a importância de abordagens interdisciplinares na formação de profissionais que atuam no planejamento e na transformação dos espaços urbanos.

Nesse sentido, o projeto aqui apresentado não traz soluções definitivas, mas uma projeção de futuros possíveis para um território mais inclusivo e resiliente, capaz de valorizar o passado, ao mesmo tempo que dialoga de maneira hiperconsciente com as necessidades do presente. Compõe, assim, um processo amplo de reflexões e ações sobre os modos de produzir e habitar as cidades contemporâneas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio na concessão de bolsa de doutorado, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ) pelo apoio institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo (Orgs.). **Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; LAMOUNIER, Alex Assunção (orgs.). **Mapeamento afetivo do Rio de Janeiro:** Escuta de crianças e jovens como forma de

participação no processo de planejamento da cidade. Rio de Janeiro: UFRJ: PROARQ-FAU, 2024. Disponível em: http://www2.gae.fau.ufrj.br/livros/. Acesso em: 02 abr. 2026.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt; revisão da tradução Suely Rolnik. 21. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001.

MITRASINOVIC, Miodrag. Projetando Infraestruturas de Inclusão/Designing Infraestructures of Inclusion. In: TÂNGARI, Vera Regina; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld (Orgs.). **Projetando Infraestruturas de Inclusão/Designing Infraestructures of Inclusion. Hong Kong/Rio de Janeiro Global Studio 2022**. Rio de Janeiro: Selo Editorial Proarq/Paisagens Híbridas, 2023/2024. p.

MORENO, Carlos. **The 15-minute city: a solution to saving our time and our planet**. Nova Jersey: Wiley, 2024.

MOSTARO, Milene. Disputas e o direito à cidade: : o “rio vivido” e o “rio vendido”. **Marketing & Tourism Review**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2024. DOI: 10.29149/mtr.v9i1.8276. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/8276. Acesso em: 9 abr. 2026.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 34.803, de 29 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito**. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Censo 2022: População e domicílios por bairros (dados preliminares). Rio de Janeiro: Data.Rio, 2022. Disponível em: https://www.data.rio/datasets/fd354740f1934bf5bf8e9b0e2b509aa9_2/. Acesso em: 12 abr. 2026.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.

SPIRN, ANNE W. (1984). **O Jardim de Granito**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1995.

THIBAUD, Jean. Paul. Une approche pragmatique des ambiances urbaines. In: AMPHOUX, Pascal; CHELKOFF, Grégoire; THIBAUD Jean-Paul (Orgs.). **Ambiances en Débats.** Grenoble: Editions A la Croisée, 2004, p. 145-158.

TURNER, Tom. **City as Landscape**. London: Chapman & Hall, 1996.

UNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS. **World Congress of Architects. Barcelona 2026**. Disponível em: https://uia2026bcn.org/. Acesso em: 05 nov. 2025.